

Militares e a Nova República: da Constituinte ao governo Bolsonaro

POLLYANA LABRE ANDRADE

RESUMO: Compreender os caminhos percorridos pelas Forças Armadas e seus membros durante o período da Nova República é peça fundamental para desatar os nós da atual conjuntura política. Neste artigo, propõe-se uma recuperação deste histórico, começando pela participação na Constituinte até o atual governo. Desta forma, buscase revelar quais foram os mecanismos de manutenção ideológica e identitária que permitiram o retorno organizado dos militares à cena política.

PALAVRAS-CHAVE: Militares. Nova República. Militares na Política.



Militaries and the New Republic: from Constituent to the Bolsonaro government

ABSTRACT: Understanding the paths taken by the Armed Forces and their members during the period of the New Republic is a fundamental piece to untie the knots of the current political situation. This article seeks to recover this history, having as a starting point the participation in the current constituent until the current government. Thus, we seek to reveal which were the mechanisms of ideological and identity maintenance that allowed the organized return of the military to the political scene.

KEYWORDS: Military. New Republic. Military in Politics.

POLLYANA LABRE ANDRADE

Doutoranda e Mestre em História
pelo Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal
Fluminense (PPGH – UFF).
E-mail: pollyanalabre@gmail.com

RECEBIDO: 22/02/2022

APROVADO: 31/05/2022

1 Introdução

No decorrer da última década, a política brasileira tem contado com a participação dos militares como atores relevantes. Seu ápice pôde ser observado no governo Bolsonaro (2019 - 2022) quando os militares passaram a ocupar cargos em diversos seguimentos de governo e, mais importante, em postos estratégicos como a Presidência e Vice-Presidência da República, a Presidência da Petrobras, o Ministério da Infraestrutura e o Ministério da Defesa, para citar alguns. Desta forma, os militares consolidam o seu retorno ao protagonismo político, em especial nos últimos quatro anos. Falamos em retorno, pois a história do Brasil é também a história da intervenção militar. Ao final de seu último grande ato, a ditadura militar-empresarial de 1964 a 1985, houve um certo entendimento de que os militares retornariam aos quartéis, deixando aos civis a responsabilidade da política.

Usaremos o conceito de cena política de Nicos Poulantzas (1971) como orientação para compreender o movimento de saída do protagonismo político de militares, ao final da transição e a retomada pós-golpe de 2016. Entendemos, portanto, que a cena política é “precisamente a luta das forças sociais organizadas em partidos político” e que “a entrada de uma classe na cena política e a sua saída dependem da conjuntura concreta que determina a sua organização de poder e as suas relações com os partidos” (POULANTZAS, 1971, p. 83).

Ainda que não seja possível apontar os militares enquanto uma classe ou fração de classe, eles, além de atuarem como braço armado do Estado – com interesses particulares e corporativos –, também se comportam como grupo auxiliar da burguesia – com interesses comuns a ela. Basta observar a análise do golpe de 1964 elaborada por René Dreyfus (1981), segundo a qual há uma construção de projeto coletivo – ideológico e econômico – entre militares e empresariado.

Compreender os caminhos percorridos pelas Forças Armadas (FFAA) e seus membros durante o período da Nova República é peça fundamental para desatar os nós da atual conjuntura política. Proporemos, então, uma recuperação deste histórico a partir da transição para a democracia, no final dos anos de 1980, momento em que apresentaremos a participação militar na elaboração sobre

a Constituinte. Em seguida, percorreremos os anos de “retorno” aos quartéis sob a pauta do controle civil. Por fim, trataremos da reocupação do governo, partindo do processo de aproximação dos militares com a extrema direita.

2 Militares e transição

O golpe militar-empresarial de 1964 inicia um período ditatorial no Brasil, marcado pela perseguição política aos opositores. Foram ao todo seis presidentes militares ao longo de 21 anos. E, apesar desta aparência estritamente militarizada, é importante ressaltar que nem o golpe nem a sua posterior sustentação seriam possíveis sem a participação ativa da burguesia nacional e internacional. Sendo assim, muitos foram os fatores que contribuíram para encerrar este capítulo da história do país, desde pressões internacionais, passando por crise econômica e até mesmo receio de quebra de controle hierárquico dentro das FFAA.

Ainda que o renascimento do movimento sindicalista e de movimentos sociais populares tenham tido papel importante para o processo de pressão e o fim do regime militar-empresarial, foram os militares e seus parceiros que objetivamente controlaram o processo. Desta forma, a transição para a democracia no Brasil durante os anos de 1980 aconteceu de forma controlada, efetivamente, “lenta, gradual e segura”.

Em vez de um rompimento com o autoritarismo, podemos dizer que a transferência do poder militar para civis se dá através de uma repactuação:

No caso do Brasil, houve um pouco das duas coisas, sem que houvesse realmente uma delas. Os militares não ‘transferiram’ todo o poder, pois conservaram posições estratégicas no aparelho do Estado e sua capacidade de vetar certas iniciativas dos políticos civis (em temas constitucionais e institucionais, como se viu na década de 1980). A conciliação promovida pela elite política foi tão ampla que, uma vez derrotada a alternativa para a transformação do ‘modelo político’ pela via eleitoral, em 1985, tanto representantes do regime quanto opositores formaram o primeiro governo civil (CODATO, 2005, p. 165).

O governo Sarney é entendido por este autor como uma continuação do regime. A tutela militar residia em grande medida na manutenção de políticas dos governos militares, assim como do aparato de repressão controlado por eles. Como veremos adiante, essa herança da ditadura irá se reproduzir e gerar impactos na política nacional nas décadas seguintes.

Nesses últimos anos do regime, podemos perceber a atuação dos diversos grupos que o compuseram de salvaguardar sua imagem e interesses — e as FFAA não ficariam de fora desse movimento. Tendo encontrado empecilhos óbvios e objetivos de se dissociar do regime, que comandaram diretamente por 21 anos, buscaram criar mecanismos de controle e manutenção de suas agendas políticas e institucionais. Um dos espaços em que podemos observar essa atuação é o da Assembleia Nacional Constituinte.

Se a Constituição de 1988 trouxe diversos avanços para áreas sociais, no que diz respeito às FFAA, nota-se que, ao contrário de avanços, há a reprodução do que já havia sido consolidado em constituições anteriores. O que estava posto nos debates constituintes sobre o tema militar era a definição de seu caráter objetivo, se seriam elas um ator político autônomo, como um poder dentro do Estado, ou um braço armado do poder civil:

De maneira geral duas posições se destacaram: de um lado, a dos partidos de esquerda, que intentaram modificar em maior profundidade a função constitucional das Forças Armadas, mas de forma desarticulada; por outro, a dos representantes da tese que acabou por vigorar, que evitavam modificar profundamente o que já havia se consolidado em constituições anteriores (SOARES, 2006, p. 95).

Rizzo de Oliveira e Soares (2000) apontam que a falta de um projeto de sociedade que estipulasse efetivamente o papel das FFAA pode ser entendida como a brecha usada por militares – investidos pela *expertise* – para ocupar o lugar dos civis na definição de seus objetivos. Dessa forma, coube aos próprios militares a tarefa de delimitar o caráter da instituição:

A atuação do aparelho militar no processo constituinte evidencia esse movimento e demonstra sua capacidade – ausente na mesma proporção em outras forças políticas – de se preparar de maneira adequada para a resolução dos temas de seu interesse. Por possuírem uma incontestável visão de antecipação dos fatos, as Forças Armadas atuaram na maior parte das vezes de forma não-reativa, o que se evidencia no preparado lobby e, em muitos casos, nas pressões exercidas sobre o Congresso Constituinte em 1988 para que se mantivesse inalterada a função constitucional das forças singulares (RIZZO DE OLIVEIRA; SOARES, 2000, p. 103).

Ao observar as cartas constitucionais do país, é possível percebermos um movimento – não necessariamente contínuo – de construção da autonomia militar. Podemos entender que, neste percurso, as FFAA foram se consolidando como uma estrutura tutelar do próprio Estado. Como já colocado, a Constituição de 1988 recupera velhos preceitos sobre as funções militares invés de superá-las. Podemos destacar a garantia da lei e da ordem e a garantia dos direitos constitucionais.

A função de garantia da lei e da ordem é introduzida na constituição de 1934 com outros dois elementos de destaque: o conceito de segurança nacional e a criação da Justiça Militar. Seu artigo 162 diz que: “As forças armadas são instituições nacionais permanentes, e, dentro da lei, essencialmente obedientes aos seus superiores hierárquicos. Destinam-se a defender a Pátria e garantir os Poderes constitucionais, e, ordem e a lei” (BRASIL, 1934, art. 162). Vemos, assim, uma separação entre a ideia de lei e de ordem que abre – para além do debate semântico do que significa esta ordem, ou ordem para quem – caminho para uma subtração da lei em nome da manutenção da ordem (MATHIAS, 1991).

Já a ideia de garantia dos direitos constitucionais incluída na Constituição de 1988 é uma versão da que trazia a Constituição de 1891. Ao atribuir as FFAA esse papel, assume-se que o mecanismo empregado para tanto passa – se não o é por excelência – pelo uso da força. Ao ser cunhada em 1891, essa ferramenta buscava a conservação e proteção da República que havia acabado de ser constituída, em grande medida pelos próprios militares:

Mas, no caso da Constituição de 1988, qual é o significado dessa assertiva? Pode permitir que a força armada do Estado se constitua ou como magistrado, acima dos demais poderes, enquanto não o vincula especificamente a um dos poderes, ou intenta colocá-lo a serviço dos três, embora a explicitação de sua subordinação ao presidente da República, o que, circunscrito ao texto da Lei Maior, pode ser foco de crise entre os poderes. Por fim, e mais grave, é preciso voltar à indagação inicial: garantia contra quem? (SOARES, 2006, p. 99).

Aqui nos cabe apontar dois aspectos que nos ajudam a compreender este movimento de articulação política e seus resultados tanto em seu aspecto imediato como em futuros. O primeiro é a compreensão de que constituições não são documentos investidos de uma neutralidade ou pureza de boas intenções, mas sim um produto das relações de classe, seus tensionamentos e disputas. Em relação ao segundo ponto, cabe perceber que as FFAA, ainda que sejam as guardiãs das armas do Estado e com um alto grau de autonomia frente ao Estado, também estão subordinadas aos movimentos dessas mesmas relações de classe. Portanto, ainda que seja a protagonista na sua própria caracterização de função, o texto final de uma constituição não teria saído vitorioso se não correspondesse aos interesses das classes dominantes. A permanência dos dispositivos de controle atendia – e ainda atendem – à necessidade de supressão de movimentos de contestação sistêmica.

Dito isto podemos entender que a Constituição de 1988 foi um substrato de uma transição à democracia sem rupturas, mas através de acordos. Ainda que o documento mantivesse forte autonomia para a instituição militar, havia a expectativa de que na Nova República fosse operável a subordinação das FFAA ao poder civil.

A ideia de um controle civil das FFAA é entendida como solução para a insubordinação e/ou instintos golpistas da instituição – que, no Brasil, costuma aparecer como o autoproclamado poder moderador. Um caminho apontado para o surgimento desse controle estaria na profissionalização dos militares.

Buscamos demonstrar que a saída da cena política dos militares, ao final da ditadura militar empresarial, ocorreu sob forte controle dos próprios militares, que, através de sua organização, foram capazes de manter sua autonomia. Esta autonomia lhes garantirá nos anos seguintes uma série de privilégios e controle sobre sua própria reprodução ideológica, o que foi imprescindível para o recente retorno a cena política.

3 Autonomia militar e mecanismos de controle civil

A transição tutelada permitiu aos militares agir nos bastidores da cena política na qual foram capazes de manter diversos mecanismos de autonomia. Na aparência do processo, ficou marcada a ideia de retorno aos quartéis e fim do Estado autoritário. Contudo, em sua essência, é possível notar que o recuo estratégico reservou às FFAA um papel ainda crucial na manutenção da ordem política e defesa do *status quo* capitalista.

Ainda que preservando suas características fundantes, os militares depararam-se com uma nova realidade e, como é de se esperar, enfrentaram um certo período de readaptação. Os anos de 1990 se tornam, assim, um momento de reorganização da instituição tanto de dentro pra fora como de fora para dentro. O fim da Guerra Fria não foi um fator menor nesse processo.

O governo de Fernando Collor – primeiro civil eleito pelo voto direto depois da ditadura – não buscou estabelecer uma política que orientasse a defesa ou a política militar. Com efeito, não tardou que surgissem questionamentos sobre as razões de existência das FFAA. Em resposta a esta “crise de identidade”, os militares apostaram, por um lado, na cobrança de definição de sua missão e, por outro, no fortalecimento de seus pontos de destaque e relevância de conhecimento. Dessa forma, o tema Amazônia e o projeto Calha Norte tomam espaço nos pronunciamentos militares.

Do ponto de vista do estabelecimento de um controle civil, vemos nesse mesmo período a Lei Complementar 69 (LC 69/1991), que visava corrigir uma distorção do artigo 142 da Constituição de 1988, que deixava pouco compreensível quem poderia de fato convocar o uso das FFAA – como citamos. A brecha no texto da

lei de 1988 possibilitou, por exemplo, que, no ano da promulgação da nova Constituição, um juiz federal acionasse o exército para conter o movimento de trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que estavam em greve por aumento salarial. O episódio ficou conhecido como Massacre de Volta Redonda.

A LC 69/1991 definia, então, que o emprego das FFAA era tarefa exclusiva do presidente da República, ou por iniciativa própria ou por pedido das instâncias máximas dos outros poderes constitucionais. Apesar da lei se referir ao uso para garantia dos direitos constitucionais, o uso das FFAA para contenção de greves e protestos foi uma constante na Nova República. Cabe citar pelo menos três ocasiões em que isso ocorreu durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC): (i) em 1995, quando tropas do Exército tomaram a usina de refinaria de Mataripe (BA), ocupada por grevistas; (ii) em 1996, quando mil soldados expulsaram garimpeiros que ocupavam ilegalmente território que seria explorado pela Companhia Vale do Rio Doce; e (iii) em 1997, quando o Exército foi convocado para proteger Brasília da marcha do Movimento dos Sem Terra (ZAVERUCHA, 1999).

Como é possível observar, o uso das FFAA como instrumento de repressão interna do Estado, mesmo com o fim do regime autoritário, não deixou de existir. Codato (2005) nos demonstra que há a permanência de um padrão não democrático mesmo após encerrada a transição de regimes:

Uma dimensão importante da herança institucional da ditadura militar para os governos da década de noventa foi a permanência de núcleos de poder específicos no Estado brasileiro, dotados de grande independência e nenhum controle político (i. e., parlamentar) ou social (i. e., público). Nos governos Cardoso (1995-1998; 1999- 2002), para ficarmos no melhor exemplo, houve três expressões desse fenômeno. Na área econômica continuou vigorando, assim como no arranjo ditatorial, o esquema do “superministério”, agora representado pela triade Banco Central, Conselho de Política Monetária e Ministério da Fazenda. Na área militar foram mantidos três “feudos burocráticos” intocáveis: o Gabinete de Segurança Institucional (antiga Casa Militar),

a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN, antigo Serviço Nacional de Informações (SNI)) e a Justiça Militar. Por fim, na área “empresarial”, i. e., naqueles aparelhos de Estado em que, por sua natureza ou competência, se administram os “interesses do mercado” (política de privatizações, política de transportes, de comércio exterior, de comunicações, de educação etc.), a regra foi o contato direto de representantes influentes do mundo dos grandes negócios com decisores estratégicos, mecanismo muito pouco transparente e que, a propósito do “regime autoritário”, Cardoso (1975) conceituou como “anéis burocráticos” (CODATO, 2005, p. 101).

Essa manutenção de um padrão não democrático é analisada pelo autor como parte do processo de avanço de políticas econômicas neoliberais no país. Tais reformas teriam como pré-condição uma associação com forma autoritária de gestão; por isso, não combinaria com a nova política econômica a ampliação da cidadania e um maior controle social do Estado:

Houve uma complementaridade entre o discurso ideológico liberal e as práticas políticas autoritárias, expressa na insistência em construir apenas a hegemonia social do capitalismo neoliberal, e não novas formas de legitimação política democrática. O déficit de cidadania é somente a face mais visível desse processo (CODATO, 2005, p. 101).

O governo FHC foi também marcado pela implementação de mecanismos de ampliação do controle civil sobre as FFAA. Como já mencionamos, a ideia de controle civil é apresentada por diversos especialistas sobre temas militares como fator essencial para a consolidação da democracia. Em 1996, é criada a primeira versão da Política de Defesa Nacional (PDN), que, ainda que tenha sofrido críticas pelo caráter generalizante, foi o primeiro documento de orientação para defesa com participação civil e militar. Esta primeira versão do PDN apontaria para uma defesa objetivamente externa, orientação que mudaria nas versões seguintes, quando, em 2005, passa para *preponderantemente* externa e, em 2010, para *preferencialmente* (SOARES, 2019).

Outro marco importante do governo FHC seria a criação do Ministério da Defesa (MD) em 1999. O processo de criação do ministério começa ainda no primeiro mandato de FHC, mas, somente no segundo, é concretizado a partir de uma medida provisória. Rizzo de Oliveira e Soares (2000) apontam duas chaves importantes para entender o significado desse novo ministério:

Do ministério enfatizam-se dois significados: a) no plano político, trata-se de uma adequação necessária e oportuna para a sedimentação da direção política sobre o poder armado. Modifica-se sobremaneira a existência de ministros militares representantes das forças frente ao Poder Executivo, pela vigência de um ministro que desempenha e age de acordo com as diretrizes oriundas do presidente da República; b) no plano estrutural-organizativo, é a resposta pertinente à racionalização de recursos e meios de defesa (RIZZO DE OLIVEIRA; SOARES, 2000, p. 113).

O MD surge, então, como uma oportunidade de ampliação do controle tanto orçamentário como político sobre os militares. Contudo, sua criação não seria elemento suficiente. A ela, deveria ser associada uma ocupação civil dos cargos estratégicos do ministério. Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) nos ajudam a compreender esse alerta. Do ponto de vista da aparência dos processos políticos, os governos do PT expandiram os mecanismos de controle sobre os militares. Não só quando lança novas versões do PDN – já citados – como com a criação do primeiro documento de Estratégia Nacional de Defesa, em 2008 – governo Lula –, e a criação do Livro Branco de Defesa, em 2012 – governo Dilma Rousseff. A estrutura do MD também sofreu alterações, em especial com a Lei Complementar 136 (LC 136/2010), que ficou conhecida como a Lei da Nova Defesa.

O estabelecimento do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) foi o órgão mais importante criado pela LC 136/2010. A função do EMCFA era a de planejar o emprego conjunto das FFAA, assessorar o ministro em exercícios e Missões de Paz. Três anos depois, a presidente Dilma Rousseff criaria por decreto a Secretaria-Geral (SG). Os dois órgãos estariam logo abaixo do MD:

De fato, o país, em 2016, possuía uma estrutura mais consolidada na Defesa. Por outro lado, as limitações dessas alterações são muito importantes. A criação do EMCFA sem prevalência hierárquica sobre as forças armadas manteve a autonomia do poder militar. Além disso, ao colocar a SG e o EMCFA em paralelo, e não garantir o caráter civil da primeira, o PT não conseguiu reduzir a autoridade militar vertical sobre decisões orçamentárias e administrativas (CORTINHAS; VITELLI, 2020, p. 195).

A pesquisa recente de Cortinhas e Vitelli (2020) nos ajuda a compreender as limitações deste controle civil empreendido pelos governos do PT, por exemplo, ao dimensionar o avanço dos militares sobre cargos no MD, em especial em cargos de liderança, demonstrando, assim, um aparelhamento do órgão:

Como ponto de partida, é importante reafirmar que o Partido dos Trabalhadores promoveu um aumento de 60% no número de posições no Ministério da Defesa (de 818 para 1309) de 2003 a 2016. Esse aumento, porém, não se deu de modo igual para militares e civis. Waldir Pires assumiu um ministério com igualdade de cargos de civis e militares. Ao entregar a gestão, Aldo Rebelo deixou um órgão bastante dominado pelos militares, que possuíam 730 cargos exclusivos, enquanto o total de cargos que poderiam ser ocupados por civis era de apenas 530. O aumento no número de cargos civis foi de 42,1%, enquanto a elevação dos cargos militares foi de 77,5% (CORTINHAS; VITELLI, 2020, p. 203).

Os autores deste estudo, assim como outros pesquisadores de renome, como João Roberto Martins Filho (2010), apontam também as diversas crises de autoridade dos ministros civis. Como o caso do primeiro Ministro da Defesa do governo Lula da Silva, José Viegas Filho, que se demitiu após um conflito com o comandante do Exército. Conflitos estes como aponta Martins Filho (2010), recheados de declarações públicas dos comandantes militares em aberta afronta a autoridade do Ministro da Defesa. Sem o apoio do presidente, restou a Viegas a renúncia:

Segundo os termos da carta, “o Exército Brasileiro não deve emitir qualquer nota com conteúdo político sem consultar o ministério”, é inadmissível que se mantenha o linguajar dos anos setenta, bem como apresentar o Exército como uma instituição que não precisa efetuar qualquer mudança de posições em relação ao que ocorreu no período de governo militar. Para Viegas, “a nota divulgada no domingo 17 representa a persistência de um pensamento autoritário, ligado aos remanescentes da velha e anacrônica doutrina da segurança nacional” (MARTINS FILHO, 2010, p. 286).

Outro caso semelhante foi o do ministro Francisco Waldir Pires, que, depois de um “apagão aéreo” provocado por controladores de voo (em sua maioria militares), passou a defender a desmilitarização do setor, provocando conflitos com o comandante da Aeronáutica. Martins Filho (2010, p. 290) demonstra que durante a crise “O Ministério da Defesa, dessa forma, não cumpriu nenhum papel durante a crise. O presidente preferiu tratar diretamente com os comandantes militares, chamando-os para reunião no Palácio do Planalto, para acalmar os ânimos”. Pires, por fim, é demitido do cargo poucos meses depois de uma discordância pública com este comandante:

Os verdadeiros testes da supremacia civil são os casos de ministros que tomem decisões contrárias às preferências das forças armadas e que permaneçam no posto apesar de enfrentarem contestação militar. Nenhum dos sete Ministros de Defesa dos governos do PT passou nesse teste (CORTINHAS; VITELLI, 2020, p. 203).

A esses fatores – avanço na ocupação de cargos do Estado e quebra da autoridade civil –, acrescentamos que, nos anos de governo PT, se aprofunda o uso interno das FFAA como forma de policiamento e controle. A segurança pública passa a ser cada vez mais atribuída como função dos militares. Seja sob a justificativa da realização de grandes eventos ou não, o fato é que, desde 2008, com a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro, as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) foram ganhando maior frequência:

A banalização das Op GLO geraria inúmeras críticas por parte de diferentes segmentos, sendo a principal questão de fundo o fato de que o aumento no número dessas operações – bem como a forma como vêm sendo executadas – representaria um desvio da atividade-fim das Forças Armadas: a defesa do Brasil contra inimigos externos. Somam-se a isso os questionamentos sobre o despreparo das tropas para lidar com situações cotidianas da segurança pública e o ainda vigente déficit de cultura democrática no interior das Forças Armadas, bem como a lembrança de sua histórica atuação no combate ao “inimigo interno” – os acusados de “subversão” – nos períodos de maior repressão política (FREIXO, 2020, p. 11).

Apesar das críticas, houve uma aderência dos militares às GLO como forma de expandir o orçamento para defesa. As missões internas de GLO não podem ser citadas sem que lembremos as Missões de Paz¹ que serviram como fonte de experiências para o emprego das FFAA como instrumento de segurança pública e pacificação.

O deslocamento das forças militares para o combate policiais-co ajudará a fermentar as ideologias de inimigo interno já existentes no interior das FFAA. Além disso, vai também reforçar a ideia de que seriam agentes superiores aos civis na resolução de conflitos e estabelecimento da ordem. Esse movimento – somado à crise institucional interna e à crise internacional – atrairá os militares de volta à cena política. Primeiro, ao começar se manifestar publicamente contra o governo ou adversários políticos – como foi o caso do tuíte do general Villas Boas (cf. TUÍTE..., 2021) — e, em seguida, ocupando o governo em si. Trataremos deste processo a seguir.

4 Retorno à cena política

O fechamento do ciclo dos governos petistas ocorreu através do emprego de um golpe jurídico-parlamentar, no qual a presidenta

1 O grupo de militares que ocupou o governo até o momento da escrita deste artigo tem relação íntima com as Missões de Paz, em especial a Minustah.

Dilma Rousseff foi *destituída* de seu cargo em 2016, sob alegações de crime de responsabilidade. Havia quem à época questionasse o uso do conceito de *golpe* para assimilar os eventos do *impeachment*, em grande medida pelo fato de, na tradição latino-americana, os golpes de Estado virem acompanhados da ação explícita dos militares, os famosos tanques nas ruas.

Em 2016 não houve, contudo, a necessidade de tamanha performance e o centro do processo se passou no parlamento, não na caserna. Essa configuração, em meio ao século XXI, em nada dispensa a necessidade do apoio tácito entre setores do Estado para que haja a consolidação de um golpe. As FFAA não foram, portanto, excluídas do processo. Na realidade, é a partir dele que os militares, de maneira mais explícita, voltam a ocupar a cena política.

É razoável questionarmos o que teria levado os militares a aderirem a este movimento político. Até agora foi demonstrado que, desde a transição, as FFAA como instituição foram capazes de manter muita autonomia, conseguindo, inclusive, contornar tentativas de controle civil. Acreditamos que não é possível responder a esta pergunta com apenas um fator decisivo; porém, podemos arriscar elencar alguns pontos que podem nos ajudar a entender esse processo. O primeiro, e talvez mais citado por diversos autores, é a insatisfação dos militares com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). O descontentamento se ancorava na discrepância abissal na interpretação dos eventos ocorridos durante o período da ditadura militar-empresarial. A tradição militar, graças à sua ampla autonomia – em especial no ensino –, foi capaz de manter viva uma versão muito própria dos fatos. Logo, retomar o debate sobre os crimes cometidos pelos agentes de Estado feria a sangue de toda a instituição. Movidos por esse ultraje, diversos militares – da ativa e da reserva – foram a público criticar abertamente o governo e a CNV (SALOMÃO, 2014).

O segundo e terceiro pontos têm a ver com o instinto de oportunidade. Ainda que afastados do protagonismo de governo desde a redemocratização, as FFAA mantiveram-se comprometidas com um projeto de nação. Dadas as diversas características internas, elas construíram para si a missão de garantir esse projeto, visto que parte de sua identidade se constitui em acreditar que os civis

são em sua maioria desprovidos de capacidade técnica e moral para tanto. A crise de descrédito das instituições políticas, resultante de escândalos de corrupção expostos pela operação Lava-Jato – extremamente midiaticizados e parciais – alçaram a instituição FFAA a um elevado prestígio e confiabilidade entre a sociedade brasileira. É nesse contexto que os militares voltam à cena política de braços dados com a crescente extrema direita militante.

A principal representação dessa nova extrema-direita no Brasil é o que chamamos de bolsonarismo. Como fenômeno, o bolsonarismo integrou em um só grupo uma série de pautas que vão desde a defesa da família tradicional (branca, heteronormativa e cristã), passando pela liberalização do porte de armas, chegando até à defesa de privatizações, políticas de austeridade e diminuição do Estado. Seu principal líder, Jair Bolsonaro, presidente da República entre os anos de 2019 e 2022, é um ex-militar – com um histórico vexatório para os parâmetros da instituição – e político por profissão, que há mais de 30 anos vinha ocupando cargos no parlamento do estado do Rio de Janeiro e é conhecido por suas falas polêmicas, como defesa do regime ditatorial, homenagem a torturadores e práticas machistas, racistas e homofóbicas.

Ainda que Jair Bolsonaro contenha em si todos os elementos nefastos do bolsonarismo, trataremos aqui do movimento de extrema-direita como um todo. Isso porque, para debater a aproximação ideológica entre militares e extrema-direita, é preciso que superemos o personalismo do líder. Essa separação é cada vez mais necessária, visto que a retirada do Bolsonaro da presidência não significa de modo algum o fim do bolsonarismo ou o recuo da extrema-direita. Adiantamos esta definição por entender que as bases de sustentação desse espectro político – agronegócio; igrejas neopentecostais e católicas; indústrias armamentista e de mineração; militares, para citar algumas – são eficientes em adaptar-se e podem prescindir de Bolsonaro.

A aproximação ideológica entre militares e extrema-direita não é obra do acaso e/ou de uma tempestade perfeita de acontecimentos que levaram a este casamento. A construção da identidade e dos valores das FFAA vem, há décadas, sendo moldada para um pensamento conservador nos costumes e liberal na economia.

A instauração da ditadura militar-empresarial em 1964 garantiu às FFAA a possibilidade de limpeza ideológica. Logo após o golpe de 1964, foram afastados e perseguidos aqueles que dentro da instituição se aproximavam das ideias de esquerda. Ao final do regime, temerosos que as análises críticas de civis dos acontecimentos relativos ao golpe penetrassem a caserna, os militares se dedicaram a manter viva sua versão dos fatos entre os jovens quadros das forças. No Exército, a partir do Centro de Informações do Exército (CEI), sob o comando do general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, seria realizada a propagação de que os inimigos internos – lê-se partidos de esquerda – teriam apenas mudado as táticas de conquista do Estado.

Coutinho, ao final dos anos 1980, agiria ativamente dentro dos quartéis fazendo campanhas contra partidos de esquerda. Nos anos 1990, ele percorreria o país ministrando palestras e publicando textos alertando sobre o perigo do marxismo cultural e da teoria gramsciana, que comporiam as novas táticas da esquerda:

E assim o discurso anticomunista entre militares, mantendo o perigo vermelho vivo e identificando a ameaça com forças políticas progressistas. Essa estratégia contaria nos anos 1990 com o auxílio do surgimento de grupos mantidos por oficiais da reserva, como Inconfidência, Guararapes e Ternuma, a fim de divulgar interpretações históricas sobre os inimigos internos, dos anos 1930 à atualidade. Para tanto, usaram material recolhido pelos centros de informações das três Forças e reunindo em um livro, o Orvil (GODOY, 2021, p. 57).

Esses grupos de divulgação ideológica dos militares não se dirigiam única e exclusivamente para seus pares – da ativa e reserva – havia também uma interação com organizações da direita civil, como o Movimento Verde-Amarelo, Farol da Democracia e Movimento Endireita Brasil, este criado por Ricardo Salles, ministro do meio ambiente do governo Bolsonaro de 2019 a 2021. Em 2009, uma série de encontros promovidos pelo Clube Militar funda o Foro Democrático Brasileiro reunindo esses diversos grupos (CHIRIO, 2021). A comunicação desses grupos militares também reproduzia trabalhos dos intelectuais da direita civil, como é o caso do jornal

Inconfidência, que teve como colaboradores Rodrigo Constantino (o presidente do Instituto Liberal) e Olavo de Carvalho.

A afinidade ideológica entre militares e esse gérmen da extrema-direita não se reflete somente nas organizações dirigidas por reservistas. A instituição militar também vai ecoar esses civis, quando, por exemplo, é publicado no site do Centro de Comunicação do Exército (CCOMCEX) carta de Miguel Nagib, fundador do movimento Escola Sem Partido (ESP). As *fake news* difundidas a partir do ESP sobre a “comunização da educação” foram se transmutando em apelos contra a “ideologia de gênero” – conceito que por si só já é uma fraude – que, de acordo com seus acusadores, promovia a sexualização de crianças e estimulava perversão e pedofilia nas escolas.

A pauta da moral, proteção da família e contra o politicamente correto foram fundamentais para a ascensão da extrema-direita no Brasil. Diversos políticos, incluindo o próprio presidente da República, não teriam sido eleitos sem a criação de *fake news* como a “mamadeira de piroca” e o “kit gay”. Os dois principais intelectuais desse espectro no Brasil são Olavo de Carvalho, um civil, e General Coutinho, um militar. Ambos bebem da mesma fonte ideológica:

Tanto Olavo de Carvalho como o Gal. Coutinho têm como fonte originárias de suas ideias o pensamento neoconservador norte-americano dos anos 1980 e 1990, mais especificamente o ramo denominado paleoconservativos, que tem sua raiz na “velha direita” (coletivismo de direita) americana da década de 1920 e 1930 (conservadorismo e oposição ao New Deal) que tinha como tripé: pequeno governo (descentralização das funções de governo articulado com a auto governança/comunitarismo), anticomunismo e valores tradicionais (civilização ocidental e judaico-cristã) (PINTO, 2019, p. 5).

Nessa visão, os comunistas teriam mudado sua estratégia de conquista do poder, abandonando as armas e passando a seguir o caminho da conquista através das lutas no campo dos costumes e cultura. Na nova estratégia “os movimentos feministas, LGBTQI+, negro, autóctone, de contracultura e até mesmo o multilateralismo

diplomático são as novas faces da revolução comunista” (CHIRIO, 2021, p. 179). O politicamente correto seria, portanto, imposto por esses grupos como forma de silenciar seus opositores.

Nota-se fortemente, a partir das declarações de militares da ativa e reserva, que essa teoria encontrou nas FFAA um campo fértil para se reproduzir. Para ficar em apenas em dois exemplos, é possível notarmos que a questão do politicamente correto é algo fundamental para o general Villas Bôas, que, em seu recente livro, cita a questão diversas vezes como um grande entrave para a nação. Outro que não esconde sua crença no ataque comunista em curso no país é o general Augusto Heleno, que, em vídeo gravado para suas redes sociais, no último 07 de Setembro, reafirma a defesa do país contra o socialismo (cf. GENERAL..., 2021).

Cabe ressaltarmos uma distinção entre os teóricos conservadores brasileiros, Olavo e Coutinho. Para o primeiro, o globalismo é tratado como algo negativo. Já o segundo entende que a globalização e neoliberalismo são positivos para a nação. Isto explica a adesão e defesa dos militares às políticas de austeridades empregadas no Brasil de forma mais radical desde o *impeachment*. A manutenção da autonomia militar, durante o processo de transição, e sua intocabilidade durante os governos da nova república foram fundamentais para que este terreno ideológico fosse pavimentado rumo ao retorno dos militares à cena política. Entre aqueles que investigam a caserna já por longos anos, surgem teorias de como estariam se organizando os militares para agir no campo da política. A guerra híbrida e o partido militar tem sido as mais debatidas.

5 Guerra híbrida e partido militar

Piero Leirner (2021) é hoje o principal defensor de que o cenário político atual é fruto de uma guerra híbrida posta em andamento pelos militares brasileiros. O autor entende que, ainda que potencialmente influenciados pela conjuntura crítica instaurada, em especial após a operação Lava-Jato, é importante perceber que um conjunto de oficiais soube direcionar os ânimos para a construção de um caos planejado. O autor demonstra que

esse mesmo grupo possuía um elevado grau de treinamento em operações psicológicas e forças especiais. Não por acaso, teriam posto em prática as estratégias de *Military Operations in Urban Terrain* (MOUT), em missões de paz no Haiti e na África, como também nas operações de GLO no Brasil. Nas palavras do autor:

Estou falando aqui de uma teoria da guerra híbrida que faz, ela própria, uma guerra híbrida. Embora esta espiral pareça um tanto confusa, um dos pontos que quero levantar é que ela é justamente a peça central da doutrina que desembocou na estratégia de defesa norte-americana que está na base desta nova forma de fazer guerra. Trata-se, de maneira resumida, de estabelecer vários “loops” e inversões visando afetar a cognição de uma nação, de uma população, de uma elite ou de setores de um Estado (LEIRNER, 2021, p. 108).

A guerra híbrida incide, portanto, no apagamento da fronteira entre guerra e política, tornando “um meio do outro”. A geração de caos passa, então, a ser ferramenta de conflito que age como desarticulador de resistências. A guerra híbrida também está associada com a extrema-direita americana:

Cabe destacar ainda que um desses ideólogos, William Lind, também foi um pensador militar que estudou a evolução da guerra, sendo o primeiro (junto com outros co-autores militares) a cunhar, em 1989, o termo de guerra de 4^o geração (que depois foi denominada de guerra híbrida) que deveria ter como objetivo obter vantagens com as mudanças políticas, sociais, econômica e tecnológica em virtude do aumento da complexidade com adversários não estatais (terroristas, grupos revolucionários, etc.). Não por acaso William Lind afirmou que um dos principais perigos para os Estados Unidos no âmbito da guerra de 4^a geração é a ideologia do multiculturalismo (PINTO, 2019, p. 7).

No Brasil, de acordo com Leiner (2021), a guerra híbrida movida polos militares teria um caráter de contra-ataque, visto que na concepção deste grupo esta seria uma defesa da cultura moral do país sob ataque das forças do marxismo cultural. Hoje ocupando vários postos no governo, os militares gerenciam os rumos

da política — a partir do que Leirner (2021) chama de central de comando e controle —, mesmo as declarações e ações mais controversas seriam estrategicamente pensadas para promover o estado da confusão:

O que estou querendo mostrar é que, antes de mais nada, houve uma alavancagem inicial de um “loop” ou “ataque cognitivo” dentro das Forças Armadas e posteriormente este processo tomou conta das movimentações políticas em torno da candidatura e da Presidência de Jair Bolsonaro. Arrisco dizer, assim, que guerra híbrida afetou tanto os militares quanto a população em geral. O resultado disso é esta sensação que estamos vivendo, dia após dia, no Brasil, de que tudo está desencontrado, caótico e que o tempo de eventos bombásticos passou a correr mais rápido e mais intensamente. Trata-se, para usar a concepção de Virilio, de uma outra velocidade, que produziu um *blend* entre guerra e política. O grande problema que este processo envolve é que sequer percebemos isto como uma guerra, de tão heterodoxa que são as ações (LEIRNER, 2021, p. 109).

Em outra ponta, especialistas em estudos militares disseminam a ideia de que o que vemos na cena política é a constituição de um partido militar. A ideia de um partido militar é amplamente utilizada para a compreensão das ações dos militares, tanto na sua ascensão ao poder, como para suas estratégias de permanência. Isto não significa que todos os pesquisadores abordem o conceito da mesma forma. O partido fardado de Oliveiros Ferreira (1990), por exemplo, reúne membros das FFAA e tem um caráter temporário, não sendo, assim, um partido no sentido eleitoral formal. Esse partido se sobressairia em momentos de tensões internas ou conflitos externos da instituição com os governos. Já para Rouquié (1990), a ideia se apresenta no plural, como partidos militares, com o objetivo de enfatizar o aspecto heterogêneo das FFAA como agentes políticos. Nessa concepção, o partido militar seria orgânico e permanente, refletindo as disputas internas. Outra abordagem que vale ser apontada é a de Ana Penido (2021), que diferencia partido militar de partido fardado e dissocia as forças de segurança das forças de defesa. Ela também entende que:

[...] o Partido Militar une as diferentes vontades individuais em um discurso coletivo partidário fortemente ideológico e para isso, cuida da educação política dos seus quadros. Não é monolítico, ou homogêneo, mas é bastante coeso ideologicamente (PENIDO, 2021, p. 2).

Há também quem venha apontando que o partido militar pode ser entendido como uma consequência da politização dos militares e carregaria em si basicamente os mesmos elementos de um partido político:

[...] memória histórica e vocação institucional; base ideológica; pautas de interesse coletivo e corporativo específico; direção “partidária” encarregada da distribuição de poder; controle do governo em direção, sentido e intensidade; quadros “partidários” – formação de lideranças; base eleitoral e militante (SOUZA, 2021, p. 128).

Souza (2021) recupera a 304ª Reunião do Alto Comando do Exército (RACE) em 5 de fevereiro de 2016, para demarcar aquele como sendo um momento chave da definição do partido militar. Com bastante credibilidade do setor e uma presidente com baixa aprovação, aquele teria sido o momento de reestabelecer as orientações estratégicas. Dos 17 generais presentes na RACE, 15 assumiram funções com características políticas depois do *impeachment*.

A forte estrutura hierárquica das FFAA torna o mergulho dos oficiais na vida política pública exemplo para seus subordinados. A este fator, soma-se a aberta campanha política do candidato militar nos quartéis, Jair Bolsonaro:

Em 2016, ele e seus filhos serão os únicos parlamentares convidados para comemoração do dia do Oficial da Reserva/R2 no Rio de Janeiro. Em 2017, ele assistiria à cerimônia de formatura dos cadetes da AMAN ao lado do comandante do Exército, general Villas Boas e nada menos que o general da ativa Antônio Hamilton Martins Mourão, então Secretário de Economia e Finanças do Exército. Meses antes, havia participado da cerimônia de entrega do brevê dos formandos do curso de brigada paraquedista, ao lado do general Augusto Heleno e do então comandante do

Comando Militar do Leste, general Walter Souza Braga Netto. Bolsonaro participou, só em 2017, de ao menos doze eventos realizados em unidades militares. E nesses eventos estavam aqueles que iriam compor sua base ministerial (SANTOS, 2021, p. 165).

Pensar um partido militar organizado que age como base de sustentação – ocupando postos estratégicos no governo – do governo Bolsonaro não significa avaliar que exista um compromisso até as últimas consequências com o presidente. A crise econômica e sanitária fez sangrar o prestígio dos militares entre a sociedade. Saindo ou não do governo, os militares compõem e ajudam a organizar a extrema-direita brasileira.

5 Considerações finais

Este artigo buscou apresentar de forma condensada a atuação dos militares e os mecanismos de manutenção ideológica e identitária que permitem seu retorno organizado à cena política. A Nova República representou uma série de desafios à democracia e, entre eles, a regulamentação civil das FFAA. A ação dos militares durante este período suscita uma série de questões, tanto sobre suas articulações internas, como a respeito dos sentidos de sua atuação na cena política, a partir do golpe de 2016.

Seja como partido ou central de comando e controle, esse retorno à cena política não parece dar sinais de recuo. Torna-se urgente repensar as premissas a respeito de uma ideia de controle civil e profissionalização, à luz da luta da classe e do processo de transição hegemônico internacional. Entendemos, assim, a organização militar como um dos elementos imersos em um processo ampliado de contradições e disputas.

É preciso também abandonarmos análises generalizantes que elevam o braço armado do Estado a um poder autônomo apartado dos interesses de classe. A autonomia militar observada na Nova República é fruto das contradições do Estado burguês brasileiro. Se a experiência de 1964 nos ensina algo, esse ensinamento é o de que militares não dão golpes sozinhos; por isso, é indispensável que se investigue a caserna para além de seus muros e suas concepções de si mesma.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Rio de Janeiro, [s.n.], 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

CHIRIO, M. Da linha dura ao marxismo cultural: O olhar imutável de um grupo de extrema direita da reserva sobre a vida política brasileira (Jornal Inconfidência, 1998-2014). In: MARTINS FILHO, J. (org.) **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 173 – 187.

CODATO, A. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de sociologia e política**, n. 25, p. 165 - 175, 2005.

CORTINHAS, J. da S.; VITELLI, M. G. Limitações das reformas para o controle civil sobre as forças armadas nos governos do PT (2003-2016). **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 7, n. 2, p. 187 – 216, jul./dez. 2020.

DREYFUS, R. A. **1964**: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, O. S. Forças Armadas, para quê? **Política & Estratégia**, v. VIII, n. 1, p. 07 - 20, 1990.

FREIXO, A. de. **Os Militares e o governo Jair Bolsonaro**: entre o anticomunismo e a busca pelo protagonismo. Copenhagen: Zazie Edições, 2020.

GENERAL Heleno. **Twitter @gen_heleno**, [online], 7 set. 2021. Disponível em: https://twitter.com/gen_heleno/status/1435269033805369344?s=20. Acesso em: 14 out. 2021.

GODOY, M. Soldados influenciadores: os guerreiros digitais do bolsonarismo e os tuítes de Villas Bôas. In: MARTINS FILHO, J. (org.) **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 53 – 69.

LEIRNER, P. C. Da campanha à conquista do Estado: os militares no capítulo da guerra híbrida brasileira. In: MARTINS FILHO, J. (org.) **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 107 – 124.

MARTINS FILHO, R. Tensões militares no governo Lula (2003-2009): A pré-história do acordo com a França. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 283 - 306, jul./dez. 2010.

MATHIAS, S. K. Os militares na Constituição: a construção da autonomia. **Política e Estratégia**, v. IX, p. 21 – 35, 1991.

PENIDO, A. O partido militar, o partido fardado e o sistema político brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 11, 2021, João Pessoa. **Anais** [...]. João

Pessoa: ENABED, 2021. Disponível em: https://www.enabed2021.abedef.org/recursos/anais/15/enabed2020/1612289589_ARQUIVO_c2ab26981a5cd7e6c5ce3ed2f9cc065c.pdf. Acesso em: 24 out. 2022.

PINTO, E. C. Bolsonaro e os quartéis: a loucura com método. **Texto para discussão 006**, IE-UFRJ, 2019. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2019/TD_IE_006_2019_PINTO.pdf. Acesso em: 24 out. 2022.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Porto: Portucalense Editora, 1971.

RIZZO DE OLIVEIRA, E.; SOARES, S. A. Forças Armadas, direção política e formato institucional. In: D'ARAUJO, Ma. C.; CASTRO, C. **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 98 – 124.

ROUQUIÉ, A. **Os Partidos Militares no Brasil**. São Paulo: Record, 1990.

SALOMÃO, L. Clube Militar vê coleção de 'calúnias' em relatório da Comissão da Verdade. **G1**, [online], 10 dez. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/relatorio-e-absurdo-em-nome-da-cao-socialista-diz-clube-militar.html>. Acesso em: 14 out. 2021

SANTOS, E. H. de J. Controle civil? A ascensão de Bolsonaro e a encruzilhada do Brasil – militares, forças armadas e política. In: MARTINS FILHO, J. (org.) **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 159 – 171.

SOARES, S. A. **Controle e autonomia**: As Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999). São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. Da Constituinte à Comissão Nacional da Verdade: a questão militar com entrave perene ao Estado de Direito e à democracia no Brasil. **Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo**, a. 13, n. 18, p. 151 – 165, 2019.

SOUZA, M. P. J. A palavra convence e o exemplo arrasta. In: MARTINS FILHO, J. (org.) **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 125 – 141.

TUÍTE de Villas Boas em 2018 passou pelo Alto Comando. **Valor**, [online], 11 fev. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/02/11/tuite-de-villas-boas-em-2018-passou-pelo-alto-comando.ghtml>. Acesso em: 14 out. 2021

ZAUERUCHA, J. Frágil Democracia e a Militarização da Segurança Pública no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 12., 1999, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 1999. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/5847/JZaverucha_Fragil.pdf;jsessionid=3D3A301DEA6B073B9FBABE13B33609F1?sequence=1. Acesso em: 24 out. 2022.